



O discurso na pesquisa qualitativa – perspectivas analíticas

Vera Maria Ribeiro Nogueira

Universidade Católica de Pelotas/Universidade Federal de Santa Catarina

vera.nogueira@pq.cnpq.br

Helenara Silveira Fagundes

Universidade Federal de Santa Catarina

helenarasf@hotmail.com

Resumo

Este texto, originalmente, foi construído para subsidiar a elaboração da tese que analisou os discursos de atores políticos ligados ao setor saúde, evidenciando as rupturas sobre o dispositivo constitucional referente ao direito à saúde e dever do Estado e o discurso dos sujeitos políticos, em relação à atenção à saúde no Brasil. Na ocasião, dúvidas sobre o modo de trabalhar os documentos, e frente às distintas referências sobre a análise documental, elaborou-se um texto recuperando os argumentos centrais do pensamento de autores chaves sobre o tema. Posteriormente o documento original foi aprofundado, na Disciplina de Pesquisa, visando contribuir com alunos e pesquisadores, sempre as voltas com as definições sobre procedimentos metodológicos para análise documental. Contém uma recuperação do conceito de discurso, sua construção enquanto categoria analítica e sua apreensão pela sociologia contemporânea, além de indicar as ideias centrais de autores de referência, como Umberto Eco, Michel Foucault e Marilena Chauí. Posteriormente discute a análise de conteúdo e a análise de discurso. Aborda seus usos nas ciências sociais, recupera suas história e alterações ao serem apropriados por disciplinas distintas como linguística, história e semiótica. Concluindo, pontua como o pensamento social, atualmente, tem uma conexão bastante evidente com o que se convencionou chamar, genericamente, de análise de discurso, sendo de uso comum entre diversas disciplinas, nem sempre com a mesma perspectiva ou enquadre. A análise do discurso vem sendo sustentada ora como uma disciplina interdisciplinar, ora como uma perspectiva teórico-metodológica ou, ainda, como uma técnica para análise de discursos.

Palavras chave: Discurso; Análise de conteúdo; Análise de discurso; Formações discursivas; Ideologia.



Abstract

This text was originally constructed to support the preparation of a thesis that analyzed the discourses of political actors linked to the healthcare sector, revealing breaks with the constitutional measures related to the right to healthcare, the responsibility of the state and the discourse of political subjects concerning healthcare in Brazil. At the time, considering doubts about the form of working with the documents, and faced with various references about document analysis, a text was prepared to review the central arguments of key authors about the theme. Later, a more in-depth version of the original document was prepared through work in the class on research. This paper sought to assist students and researchers who were constantly confronting the need to define methodological procedures for document analysis. The paper reviews the concept of discourse, its construction as an analytical category and the form it is grasped by contemporary sociology. It also presents the central ideas of leading authors such as Umberto Eco, Michel Foucault and Marilena Chauí. It then discusses content analysis and discourse analysis. Its addresses their uses in the social sciences, reviews their history and the alterations made as they are appropriated by various disciplines such as linguistics, history and semiotics. In conclusion, it identifies how social thinking today has a clear connection with what was often generically called discourse analysis, which was used in various disciplines, not always with the same perspective or framing. Discourse analysis has been treated either as an interdisciplinary field, as a theoretical-methodological perspective or as a technique for the analysis of discourses.

Keywords: Discourse; Content analysis; Discourse analysis; Discursive formations; Ideology.o].

Resumen

Originalmente, este texto ha sido escrito para subsidiar la elaboración de la tesis que ha analizado los discursos de actores políticos vinculados al sector de la salud, evidenciando las disposiciones constitucionales en lo referente al derecho a la salud y el deber del Estado y el discurso de los sujetos políticos en relación a la atención de la salud en Brasil. En esa ocasión, surgieron dudas acerca de la manera de trabajar los documentos y, frente a las diferentes referencias acerca del análisis documental, se ha elaborado un texto recuperando los razonamientos centrales del pensamiento de autores clave sobre ese tema. En seguida, el documento original ha sido profundizado en la Asignatura de Investigación, con el objetivo de contribuir



con alumnos y investigadores que siempre están involucrados con las definiciones acerca de los procedimientos metodológicos para el análisis documental. Contiene una recuperación del concepto de discurso, su construcción en cuanto categoría analítica y su aprehensión por la sociología contemporánea, además de apuntar las ideas centrales de autores de referencia, tal como Umberto Eco, Michel Foucault y Marilena Chauí. Posteriormente, se discute el análisis de contenido y el análisis del discurso. Trata de sus usos en las ciencias sociales, recupera sus historias y sus modificaciones cuando ellos fueran apropiados por distintas asignaturas como la lingüística, la historia y la semiótica. En conclusión, plantea como hoy día el pensamiento social tiene una conexión bastante evidente con el que se ha convenido llamarse, de manera genérica, de análisis del discurso, y que su uso es corriente en diversas asignaturas, ni siempre con la misma perspectiva o marco teórico. El análisis del discurso viene siendo respaldado ora en cuanto asignatura interdisciplinar, ora como un marco teórico y metodológico o, aún, como una técnica para el análisis de discursos.

Palabras clave: Discurso; Análisis de contenido; Análisis del discurso; Formación discursivas; Ideología.

Introdução

Este texto trata dos dispositivos utilizados na análise documental, abordando comparativamente a análise de conteúdo, análise de discurso e a proposta de Umberto Eco. Originalmente, foi construído para subsidiar a elaboração da tese de doutorado, intitulada “O direito à saúde na reforma do estado brasileiro: construindo uma nova agenda”, que analisou os discursos de atores políticos ligados ao setor saúde, evidenciando as rupturas sobre o dispositivo constitucional referente ao direito à saúde e um dever do Estado a partir do discurso dos sujeitos políticos envolvidos com a atenção à saúde no Brasil. Na ocasião, dúvidas sobre o modo de trabalhar os dados obtidos, e face às distintas referências sobre a análise discursiva, elaborou-se um texto recuperando os argumentos centrais da análise de discurso, análise de conteúdo e a proposta de Umberto Eco, que serviu para esclarecer e favorecer a opção metodológica.

Ao eleger os procedimentos mais adequados para o trato do material empírico tinha-se a clareza que o discurso, mais especificamente a produção textual derivada dos sujeitos políticos, não poderia ser tomado apenas em sua superfície imanente, mas conter as exterioridades que permitiriam aos destinatários/leitores – indivíduos ou grupos e segmentos sociais diversos - formar juízos e opiniões e aderir ou não às



novas propostas, estabelecendo as bases consensuais de uma aliança que poderia se tornar hegemônica e construindo um novo consenso sobre a atenção à saúde. Outro complicador adicional decorreu da constatação que as produções a serem consultadas advinham de fontes com propostas e projetos diversos, muitas vezes antagônicos, paradoxais e não compatíveis entre si, sendo necessário evidenciar os conteúdos, nos textos, que sinalizassem para tais diferenças. Os textos eram estritamente ideologizados, tendo os mesmos como objetivos a divulgação de ideias e concepções de mundo e de sociedade.

As constatações acima representaram o eixo a partir do qual decorreu uma série de indagações. Como abordar os documentos produzidos superando a linearidade dos mesmos, mas não pretendendo uma interpretação mais pertinente à linguística? Quais as ferramentas heurísticas que poderiam evidenciar os mecanismos de produção de sentido em textos originários de fontes tão díspares? Como articular a dimensão ideológica e política sem cair nas armadilhas discursivas? Como ressaltar a cooperação necessária entre autor, ou seja, a instituição competente para enunciar o leitor, ou sujeito político, que deve ser convencido de uma ideia, de um projeto, sem se perder na dimensão unicamente textual? Sem se perder nas artimanhas da análise de discurso em sua vertente mais tradicional? Como integrar a questão ideológica, as matrizes discursivas diversas em uma totalidade dinâmica? Como integrar as atuais descobertas da semiótica, que dizem respeito essencialmente à cooperação textual e a produção de sentido nos discursos sem chegar a uma interpretação ou superinterpretação, própria dessa concepção analítica?

O primeiro ímpeto foi adotar a análise de conteúdo, tanto pela familiaridade com a mesma como por ser uma técnica bastante difundida nas ciências sociais. Rapidamente percebeu-se, contudo, que como técnica de abordagem documental subtraía o que era essencial para reconstrução do objeto da pesquisa – a produção de significado e a necessária reciprocidade no interior do circuito da comunicação. Tal obrigou a uma revisão bibliográfica sobre discurso, práticas discursivas, análise de conteúdo e análise de discurso, que subsidiou a análise dos documentos.

Posteriormente, o texto foi aprofundado e ampliado, visando contribuir com alunos dos Programas de Pós-Graduação, sempre as voltas com a dificuldade de analisar os dados em uma perspectiva qualitativa, especialmente as dúvidas sobre os discursos frente ao arsenal heurístico hoje existente sobre o tema. Assim, o objetivo central é favorecer a comparação entre referências distintas sobre análise documental.



1.1. O termo discurso

O resgate inicial foi o do próprio termo discurso que vem sendo utilizado tanto no senso comum como categoria teórica e, no mais das vezes, com conotações e registros diferenciados, imprecisos e antagônicos. Em face de tal situação, destaca-se a importância de marcar o conceito de discurso, sua construção enquanto categoria analítica e sua apreensão pela sociologia contemporânea. A concepção de discurso, em si, vem sofrendo alterações e sendo resignificada a partir de sua apropriação por diversas disciplinas científicas e no interior das mesmas, metamorfoses que alteram seu conteúdo, significado e registro.

Não se questiona, atualmente, a relevância da linguagem e dos discursos como liames entre a consciência e a comunicação para interpretação dos fatos sociais, carregados de intencionalidades e significados. A construção desse consenso se deu com o avanço das sociologias interpretativas, o que aumentou a importância conceitual do discurso e da linguagem no marco das ciências sociais

Fazer um discurso, na linguagem comum contém algumas referências que apontam um sentido específico ao conteúdo da afirmação. Supõe um tom de voz, uma circunstância especial e uma intenção também definida. Quem faz um discurso reúne uma série de condições que o habilitam para tanto, como cargo, competência, dignidade, além do mesmo situar-se em condições demarcadas, como atos especiais, marcos institucionais ou situações extraordinárias ou memoráveis.

Na abordagem linguística tradicional, o discurso seria a unidade de análise com a qual se recorta uma locução determinada mais ampla que a frase, sendo o discurso similar a um conjunto de frases ou a uma frase expandida. Tal concepção foi revista a partir do reconhecimento que a linguagem não deriva de categorias lógicas, mas sim que suas regras são convencionais, não lógicas. Tal altera, de forma radical, a apreensão da linguagem como uma realidade autônoma, contendo uma racionalidade lógica intrínseca. O discurso passa a ser entendido como a capacidade de produzir um efeito, uma significação, e o texto como uma de suas possíveis manifestações.

Puerta (1996), ao resgatar a noção de discurso em Michel Foucault, indica que é um termo que se repõe, com matizes importantes e distintos, no conjunto de sua obra. Inicialmente, Foucault fala do discurso como uma organização do saber, um conjunto de regras que estabelece o que se pode dizer em um período e contextos



determinados. Revela que as culturas não mostram, explicitamente, o conjunto de códigos fundamentais que regulam sua linguagem, os esquemas perceptivos e classificatórios, os valores e nem as produções teóricas ou filosóficas de uma época.

Discute, posteriormente, o que denomina função enunciativa, que seria o elemento mais simples do discurso. Consoante Guirado (1995) e Puerta (1996), tal função estabeleceria os liames entre um campo referencial, formas de subjetividade, estratégias e campos discursivos associados que implicariam em uma materialidade do discurso. Reconhece que os discursos são práticas que constroem objetos, além de

relacionar instituições sociais, econômicas e políticas determinadas (Puerta, 1996 e Guirado, (1995).

Finalmente, Foucault constrói uma pragmática do discurso abrangendo as ordens de controle e contendo os procedimentos internos e externos (subjetividade e instituições), sempre interligados entre si, que fiscalizam e direcionam o discurso, considerado objeto de desejo e luta de poderes. Destarte distingue os discursos que contém os procedimentos de exclusão (a proibição, a recusa/separação e a falsidade), as ordens internas (o comentário, o autor e as disciplinas) e as regras que condicionam a utilização ou autorização dos indivíduos para usar os discursos (os discursos rituais, os doutrinários, as sociedades de discurso e a educação). Os procedimentos de utilização ao limitar e ordenar o que se fala e quem fala,

são condições de enredamento dos indivíduos que falam: ninguém entrará na ordem de um discurso se não estiver qualificado a fazê-lo; nem todas as regiões discursivas são igualmente abertas e penetráveis. Trata-se de impor aos indivíduos um certo número de regras e não permitir desta forma o acesso do resto do mundo a essa fala (Guirado, 1995, p. 39).

Marilena Chauí designa esse tipo de regulação como a que produz o que denomina de discurso competente, sendo o discurso instituído, ou em outras palavras, aquele que perdeu o seu potencial instituinte de uma nova ordem social (Chauí, 1981). É o discurso que foi incorporado e que não mais ameaça valores e padrões culturais.

A grande crítica a Foucault é que pretende atribuir à materialidade do discurso a análise da sociedade, sem precisar procurar, fora da formação discursiva, a explicação e interpretação sobre a mesma. As suas considerações sobre formações discursivas e a pragmática do discurso não podem ser descartadas, pois incluem aspectos importantes quando se fala em análise de discurso e comunicação.



Para se apreender a relevância dessa afirmativa é decisivo considerar a linguagem unicamente como um meio que torna possível a constituição de sistemas na esfera da consciência e da comunicação. Portanto não é um sistema, mas tem a função de promover a generalização simbólica do sentido. Ou seja, a linguagem não atribui o sentido, mas desdobra-se como uma técnica sobre a qual vale o sentido. A atribuição de sentido, portanto, requer a comunicação, "definida como o processo social de atribuição de sentido" (Nafarrate, 2000, p. 149). Evidente que considerar a comunicação nessa linha induz à uma supervalorização da mesma, desconsiderando a razão como o locus da formação dos juízos e representações.

Umberto Eco distingue, na comunicação, não os tipo de signos, mas sim as várias modalidades de produção de signos, de acordo com o trabalho que se realiza, considerando como discurso todo e qualquer processo semiótico, linguístico ou não. Tal compreensão de comunicação abre a perspectiva de se considerar discurso tudo o que se pode significar ou comunicar algo, ou seja, praticamente qualquer fato social, técnico ou cultural - a performance. Considera, de forma antagônica à Foucault, que os discursos devem ser vistos como acontecimentos e interpretados não unicamente em sua estrutura imanente, mas com as exterioridades que constroem a capacidade do olhar externo. A partir da apreensão do papel da linguagem e do discurso, tornou-se, também necessário, uma retomada das metodologias mais utilizadas pelas ciências sociais para análise documental em pesquisas qualitativas.

1.2. Análise de discurso e análise de conteúdo

Atualmente o pensamento social tem uma conexão bastante evidente com o que se convencionou chamar, genericamente, de análise de discurso, sendo de uso comum entre diversas disciplinas, nem sempre com a mesma perspectiva ou enquadre. A análise do discurso vem sendo sustentada ora como uma disciplina interdisciplinar, ora como uma perspectiva teórico-metodológica ou, ainda, como uma técnica para análise de discursos.

Há que distinguir a análise de conteúdo da análise do discurso. Enquanto a primeira é uma ferramenta de análise documental, a segunda se situa, segundo seus propositores, como uma perspectiva teórico-metodológica de investigação/pesquisa social.

A análise de conteúdo, originariamente chamada de Semântica quantitativa, enquanto técnica de análise da comunicação visa obter, "por meio de



procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens" (Bardin, 1979, p.42).

Para Greimas, citado por Rifiotis (2000), a análise de conteúdo pode ser considerada como "a pré-história da análise do discurso", tendo como objetivo a inferência de conhecimento sobre as codificações de produção. Pressupõe, portanto, o conteúdo como uma entidade autônoma e a comunicação como uma troca entre dois sujeitos, também autonomizada em relação a outros processos e aspectos comunicacionais.

Trabalha indispensavelmente com os procedimentos de classificação, codificação e categorização dos conceitos e incorpora uma hermenêutica fundada na dedução, a inferência. O documento é visto como o que registra, reflete ou reproduz uma realidade externa, portanto, a linguagem é retomada unicamente em sua função referencial.

Indica Bardin (1979), que a preocupação da análise de conteúdo não é tão somente, uma correspondência entre as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados ou com o significado da mensagem, sugerindo que seu uso abrange tanto os significados (análise temática) como os significantes (análise do léxico). Tal posição condiz com a descoberta, na época, dos métodos estruturalistas, sendo que o texto deveria ser estudado em sua estrutura objetiva, tal como se manifestava em sua superfície.

Por outro lado, a análise de conteúdo, conforme sugerem os pioneiros da comunicação social, entre os quais de destacam Lasswell e Lazarsfeld, possuía qualidades que seduziam os pesquisadores sociais, preocupados que estavam com a questão da objetividade, quantidade e sistematização, qualidades que dariam um estatuto considerado científico às interpretações sociais.

A partir das décadas de 1950 e 1960, segundo Minayo (1993), ressurgiu o debate tanto sobre a validade da análise quantitativa para abordagem de fatos sociais, como os questionamentos próprios a uma episteme da comunicação. Acirra-se a polêmica entre o modelo instrumental e o modelo representacional da abordagem discursiva. A primeira defende não a relevância do conteúdo manifesto do documento, mas o que a mensagem traduz, resguardando-se a importância do contexto e as circunstâncias da enunciação. A segunda busca preservar o valor da palavra independente de sua imanência social e do processo histórico. Nos



dois modelos a linguagem no documento é considerada exclusivamente em sua função referencial.

No plano metodológico aguçou-se a discussão sobre a validade científica da abordagem quantitativa e a qualitativa de documentos, seguindo um eixo argumentativo que continuava se traduzindo nas questões de objetividade, cientificidade, sistematização e interpretação, mas com outro vetor crítico.

As reticências e resistências às possibilidades da análise de conteúdo apareceram, assim, a partir da década de 1960, derivadas do desenvolvimento da linguística e da semiótica e principalmente das sociologias interpretativas. A primeira crítica é que, um documento visto apenas a partir dos signos colocados, ou da leitura textual, parte de uma concepção reducionista de linguagem, ou seja, de conceitos associados arbitrariamente e sistematicamente aos significantes, nos limites de uma língua. Assim, queda irresoluta a questão da objetividade, ou seja, em um texto o que aparece são palavras, imagens e dados que somente tem sentido ou significado a partir da interpretação do pesquisador.

Uma segunda crítica à análise de conteúdo é a que se refere ao seu aspecto eminentemente quantitativo, visto que registra o que aparece na superfície do texto, não adentrando para o não dito, para o implícito, para o subtendido. Conforme indica Puerta (1996), a preocupação excessiva com a objetividade pode ser tornar um defeito da técnica, visto que não consegue apreender o indizível, em recuperar sentidos que não são dados através de estruturas e modelos estatísticos. Ainda que, recentemente, as contribuições da informática busquem superar esse déficit, a interpretação do texto em si, continua sendo problemática e um atributo do pesquisador.

Enquanto se anunciando como uma técnica que pretende unicamente descrever os documentos, a análise de conteúdo se exime da questão da interpretação. Mas a escolha do corpus, dos indicadores, das categorias já indicaria por si, uma primeira interpretação e um direcionamento sobre o discurso analisado.

Rifiotis (2000) indica que, na análise de conteúdo, o processo de produção de sentido é esquecido, sendo assim o conteúdo uma entidade fictícia construída por uma comunicação intencional. As categorias decorrem da hipótese de estudo e não do texto em si.

A análise de discurso decorre da nova percepção da função da linguagem, que não se limita a ser um suporte do pensamento ou um instrumento de comunicação, mas



apreendida como interação e uma construção social, ampliando-se, portanto, o enfoque da linguística. O movimento estruturalista, também influenciou na conformação da análise de discurso, entretanto de forma distinta de sua contribuição para a análise de conteúdo. Em alguns autores se reconhece a pretensão em autonomizar a análise de discurso da linguística das outras disciplinas de corte social, constituindo-se como uma disciplina independente, ocupando uma parte do que era tratado pela antiga filologia mas com supostos teóricos e metodológicos diferenciados.

Pretende, segundo seus precursores, contribuir para as hermenêuticas contemporâneas, que ao analisar os discursos apontam que os mesmos contêm um sentido oculto que deve ser captado e o qual, sem uma técnica adequada, permanece obscuro e inatingível. De acordo com Pêcheux (apud Maingueneau, 1997, p. 11), a análise de discurso não pretende ser uma nova disciplina de interpretação de textos ou discursos, mas sim,

[...] apenas pretende construir procedimentos que exponham ao olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito[...]. O desafio crucial é o de construir interpretações sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal.

1.3. Funcionalidades discursivas

Assinala Pêcheux (1990), mesmo recusando a ontologia marxista, que a concepção do materialismo histórico fundamental para a teoria do discurso é a referente ao da superestrutura ideológica, determinada pelo modo de produção dominante na formação social em questão. Tal coloca em cena a questão das classes sociais, sendo que a hegemonia cultural, social, econômica e moral é a dos segmentos dominantes da sociedade, construída através das práticas discursivas.

O posicionamento radical de Pêcheux foi e continua a ser revisto, atualmente, os teóricos que intentam atribuir a análise de discurso o estatuto de uma disciplina, definem seu espaço mantendo-a no interior da linguística. Consideram outras dimensões que devem ser relacionadas aos textos produzidos, como as que Maingueneau (1997) aponta: a situação de um enunciado institucional, que é restrito; ocorrer em um espaço que se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc. e o espaço próprio que cada discurso encontra no interior de um interdiscurso.

Articulando o materialismo histórico (formação social e ideologia), a linguística e a teoria do discurso, a análise de discurso possibilita construir interpretações, problematizando as evidências das intencionalidades dos discursos e denunciando



o encobrimento de formas de dominação política que se manifestam numa razão disciplinar e instrumental (Orlandi, 1987). Parte do suposto que as dominações políticas somente podem ser recuperadas e resgatadas analiticamente a partir da compreensão do seu sentido ideológico.

A operação ideológica, retomando Chauí (1981), se utiliza de artimanhas discursivas para atingir seu objetivo. Afirma, esclarecendo sua posição, que desde que os sujeitos sociais e políticos deixam de contar com um arsenal explicativo de saber e poder exteriores a sua prática (religião, mitos, tabus), capazes de legitimar a existência de formas instituídas de dominação, constroem representações que irão explicar sua visão de realidade, de poder, enfim, de mundo. É a passagem do discurso que, partindo do discurso social e do discurso político, se transforma em discurso sobre o social e sobre o político, assumindo um caráter impessoal e descolado da existência real. Segundo Chauí, esse é o primeiro momento na elaboração ideológica. A função específica do discurso ideológico é fazer aparecer e desaparecer as contradições e antagonismos que permeiam uma sociedade de classes.

"[...] é possível perceber qual o trabalho específico do discurso ideológico: realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como um conjunto de esferas identificadas umas às outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas, condição para que um poder unitário se exerça sobre a totalidade do social e apareça, portanto, dotado da aura da universalidade, que não teria se fosse obrigado a admitir realmente a divisão efetiva da sociedade em classes" (Chauí, 1981, p.21).

É através do discurso que se difundem ideias, que se constroem consensos e dissensos. Destarte, os discursos somente podem ser estudados a partir de seu lugar de formação - a sociedade – visto serem constituídos por processos históricos e sociais, não podendo serem deslocados de suas condições de produção. "...a linguagem enquanto discurso é interação, um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia" (Brandão, s/d, p. 12).

Analisar o discurso, segundo Foucault (apud Brandão, s/d, p.40) é "fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. [...] Formação Discursiva é um espaço de dissensões múltiplas", com a marca da unidade e da diversidade, entre o coerente e o heterogêneo, da contradição



presente nas formações sociais. Tal significa reconhecer que o sentido do discurso não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas em confronto e também num determinado processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Este é o lugar da interpretação.

Para Foucault, o labor do analista e na formação discursiva, é descrever como se constituem as dissensões, as oposições, não para nivelá-las, mas sim para definir como e quais são as relações que mantém entre si e os espaços sobre os quais exercem a repressão ou dominação.

É importante considerar, como aponta Maingueneau (1997, p. 13) que a análise do discurso aponta para outras dimensões além dos estudos da linguística: “ - o quadro das instituições em que o discurso é produzido delimitando fortemente a enunciação; os embates históricos, sociais, etc. que se cristalizam nos discursos; o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso”.

A mesma autora, apoiando-se em Foucault, fala em prática discursiva, a qual alia o contexto da formação discursiva com os grupos - comunidades que elaboram o discurso. Destaca, assim, que não são os sujeitos individuais que formulam as práticas discursivas, mas, sim, os atores que tem competência institucional para tanto, estando sujeitos, entretanto, ao que é condicionado pela formação discursiva.

A ênfase nos aspectos linguísticos não permite trazer à tona tanto os mecanismos de troca de sentidos presentes nos processos comunicativos como descobrir a mecânica dos textos, ou seja, os mecanismos usados para identificar as divergências e convergências de sentido, obnubilados pelo vetor da ideologia. Nesse sentido, o rigor conceitual de Chauí sobre o discurso ideológico, novamente, é fundamental:

discurso ideológico é aquele que pretende fazer coincidir as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, com a imagem da classe dominante (1981, p. 3).

Nesse ponto, é interessante estabelecer uma articulação entre o pensamento sobre o discurso ideológico, de Chauí e o lugar da interpretação textual em Umberto Eco. Para a primeira, o discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, um discurso lacunar.



A coerência desse discurso (o fato que se mantenha como uma lógica coerente e que exerça um poder sobre os sujeitos sociais e políticos) não é uma coerência nem um poder obtido malgrado as lacunas, malgrado os espaços em branco, malgrado o que fica oculto: ao contrário, é graças aos espaços em branco, graças às lacunas entre suas partes, que esse discurso se apresenta como coerente (Chauí, 1981, p.21-22).

Se para Chauí, o discurso ideológico é aparentemente e intencionalmente linear, e sua sustentação decorrente de sua ambigüidade, para Eco, todo texto pode ter significados distintos, a depender da leitura que dele se faz, ou seja,

Poder-se-ia dizer que um texto, depois de separado de seu autor (assim como da intenção do autor) e das circunstâncias concretas de sua criação (e, conseqüentemente, de seu referente intencionado), flutua (por assim dizer) no vácuo de um leque interminável de interpretações possíveis (Eco, 1993, p.35).

Para a primeira autora, destruir um discurso ideológico exige uma atitude teórica realmente dialética, encontrando uma via pela qual a sua própria contradição seja explicitada. Para Eco, a análise do texto, para ser apreendida exige o conhecimento dos mecanismos que permitem sua produção.

A partir de suas reflexões sobre a questão da interpretação, tanto de textos como de outros artefatos culturais, Eco chega à conclusão que o texto funciona como uma máquina preguiçosa que o destinatário deve colocar em movimento, que deve ser atualizado a partir de referências acionadas para sua interpretação. Indica, de forma inequívoca, que o texto é permeado por espaços em branco, deixados propositadamente por quem o escreveu por dois motivos: primeiro, porque o texto tem uma economia que vive da valorização de sentido que o autor introduziu e, segundo, para dar certa margem de liberdade interpretativa ao destinatário. Em síntese, os conteúdos, os significados de um texto, somente podem ser interpretados a partir da apreensão da dinamicidade do texto, articulada tanto pelo emitente como pelo leitor. No texto está o "não-dito", o que não está manifestado no nível da expressão ou está de forma sub-reptícia, e aí reside a necessidade de envolvimento cooperativos e conscientes do leitor para construir o significado, o que é feito pelos mecanismos de atualização do texto. O texto deve ser visto como um conjunto de nós ou juntas, cada uma delas significando um nível de exigência interpretativa, conteúdo intenções e hipóteses de significados que estimulam a cooperação do leitor. O autor anuncia que não se trata de níveis estruturais, - "variadamente concebidos como estádios ideais de um processo de geração ou interpretação" (Eco, 1981, p. 51). Pelo contrário, podem ser vistos como pistas que o autor insinua ao leitor para favorecer a interpretação. Resumindo a proposição analítica de Umberto Eco, pode-se chegar ao seguinte: há uma expressão, ou



manifestação linear do texto ou superfície do texto, que é apreendida através dos códigos (significados que permitem entender o que o texto manifesta na sua superfície, denominados de dicionário de base, seleções contextuais – relações com outros textos e hipercodificação ideológica) e das circunstâncias de enunciação (informações produzidas por quem, em que época e contexto social e suposições sobre a natureza do ato lingüístico). A partir daí, é exigida a competência do leitor para atualizar o texto, ou seja, fazer a sua interpretação da superfície discursiva. Eco coloca que sete estratégias são reconhecidas no texto para sua atualização (1981, p. 57-67). As estruturas discursivas envolvem uma explicitação semântica, significando que daquilo que o texto tem implícito ou explícito, o leitor atualiza o que o curso sequente do texto lhe requeira. “Em outras palavras, daquilo que permanece semanticamente incluso ou implícito, o leitor só explicita o que lhe serve” (Eco, 1991, p.69).

Considerações finais

Sintetizando o caminho da construção dos dispositivos utilizados para abordagem do material empírico – os discursos dos atores políticos - ressalta-se o consistiu a contribuição das diversas perspectivas interpretativas, indicando e esclarecendo as possíveis “infidelidades”.

A retomada de algumas categorias utilizadas de Foucault, como a materialidade discursiva e formações discursivas, que foram adotadas pela análise de discurso, além da consideração, central, do entendimento do discurso como uma prática social. Quanto à formação discursiva, essa favoreceu a aglutinação dos textos de acordo com o contexto da enunciação, viabilizando a construção do corpus. Ainda em relação à análise de discurso, foram fundamentais as indicações relativas aos aspectos ideológicos e o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais conformam e delimitam a enunciação, além da relevância atribuída aos embates históricos, sociais presentes nas teias discursivas e interdiscursivas. A indicação precisa da recusa a aceitar a descrição do texto como sua interpretação, fundada em hermenêuticas mais tradicionais ou mesmo em algumas tendências de corte fenomenológicos foi o alerta seguro que permitiu evitar tal armadilha. A representação não é a interpretação, como facilmente se verifica em produções que têm utilizado a análise de discurso como instrumento heurístico. Em outras palavras, a constituição do corpus foi definida a partir dos textos produzidos e que continham expressões literais relacionadas ao de direito à saúde, articulando-se com os conteúdos éticos-políticos expressos nos modelos de Estado de Bem Estar.



Tal serviu para resgatar os elementos e/ou racionalidades (econômicos, sociais, políticos) que determinaram e presidiram a implementação das políticas de saúde.

Em seguida ocorreu a identificação, nos textos, de como estas categorias se expressam, guardando as necessárias e devidas distinções entre as formações discursivas. A escolha das instituições cujo discurso foi objeto de análise foi determinada pelo papel que vêm desempenhando no cenário nacional, enquanto atores políticos significativos e formadores de opinião, com interesses diferenciados e em constante confronto.

A construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que fazer já é decidir acerca de suas propriedades discursivas, as quais são determinadas ou decorrem de princípios teóricos face aos objetivos da análise, de sua intenção de mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos) de sentido (Orlandi, 1999). O importante é identificar quais as condições de produção e como funciona o discurso, alterando consensos, que estão na esfera ideológica.

Referências

- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Brandão, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, s/d.
- Chauí, Marilena. *O discurso competente e outras falas*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1981.
- Eco, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *A interpretação e a superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- Guirardo, Marlene. *Psicanálise e Análise de Discurso*. São Paulo: SUMMUS, 1995.
- Maingueneau, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP e Pontes Editora, 1997.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1993.
- Nafarrate, Javier Torres. *Galáxias de comunicação: o legado teórico de Luhmann*. Lua Nova, n. 51, São Paulo: CEDEC, 2000.
- Orlandi, Eni. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. Campinas: Ed. Fontes, 1987.



Tecnologias da Informação em Educação

nº e special

2º

CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
EM INVESTIGAÇÃO
QUALITATIVA

Indagatio Didactica, vol. 5(2), outubro 2013

ISSN: 1647-3582

- Pêcheux, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- Puerta, Jesus. La sociedad como discurso. Valencia: Universidad de Carabobo, 1996.
- Rifiotis, Theophilos. Análise de Discurso: Introdução aos métodos e técnicas. Disciplina do Programa de Pós Graduação em Antropologia, 06 set –12 dez 2000. 58 f. Notas de aula. Mimeografado.